

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-7-2020.

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 240/20, do Prefeito. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Airto Ferronato, Felipe Camozzato e Ramiro Rosário. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Comandante Nádia, Márcio Bins Ely, Karen Santos, em tempo cedido por Prof. Alex Fraga, Paulinho Motorista, Mendes Ribeiro, Adeli Sell e Hamilton Sossmeier. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 011/20, discutido por Adeli Sell. Às dezesseis horas e trinta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol, Lourdes Sprenger e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, dezenove vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h: Havendo quórum, dou por aberta a 27ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Porto Alegre. Solicito que a Ver.^a Lourdes Sprenger assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação do Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado, Luiz; obrigado, líder da oposição, Oliboni. Quero dar uma boa tarde a todas as colegas e a todos os colegas. Agradeço por falar em nome dos partidos de oposição – PSOL e PT –, nós sabemos que hoje a oposição é muito maior e vem crescendo diante das atitudes do prefeito Marchezan, da forma que ele está conduzindo, neste momento tão difícil do nosso País, diria da humanidade, e a forma como o prefeito conduz acaba gerando uma obrigatoriedade, praticamente, de se tornar oposição diante da sua conduta.

Eu ainda estou impactado, posso falar aqui provavelmente em nome de vários vereadores, com a sua presença virtual na reunião da segunda-feira passada, em que ele, em vez de vir escutar as contribuições da Câmara Municipal, na verdade veio para falar. Ele escutou no sentido meramente formal, respondeu algumas questões, fez um esforço para dizer que estava respondendo quase todas, muitas ficaram em aberto, nós faremos pedidos – e aconselho a quem o prefeito ficou devendo uma resposta – de informações, mas, na verdade, já sabemos que não serão respondidos. O fato é que o prefeito veio falar, e o que ele veio falar? Ele veio dizer que encaminhará – e acaba de ser apregoado este ofício – uma série de projetos que não estão relacionados à pandemia. Alguns desses projetos, podemos olhar um por um, talvez tenhamos acordo, não é uma questão de ser contra ou a favor de um projeto X ou Y; a questão é que é totalmente inoportuno, nós não estamos vivendo num momento de normalidade democrática, em que nós podemos fazer reuniões, em que as pessoas possam vir. Nessa audiência pública marcada para o dia 14, com certeza haverá muitos pedidos para participação, e as plataformas existentes não vão conseguir aguentar tantas pessoas. Então, aí já haverá uma restrição à participação popular. O prefeito se equivoca, assim como ele se equivoca – vários vereadores falaram isso na segunda-feira – no tema da sua publicidade.

Quero lembrar aqui que o prefeito, em dezembro do ano passado, maciçamente investiu em propaganda para dizer para o mundo inteiro, a Folha de São Paulo divulgou, ele pagou publicações para fora do Estado, que a cidade de Porto Alegre era um exemplo de ajuste fiscal, que estava com as contas em dia graças aos projetos que ele tinha conseguido aprovar. Pois bem, este mesmo prefeito agora quer pedalar os recursos do Previmpa, então não há como concordar. Nós, como representantes da oposição, muitas vezes concordamos, já ajudamos o prefeito a manter vetos, por exemplo; não é uma questão de ideologia, é uma questão de total inoportunidade de apresentar para a cidade projetos que trazem de volta o Marchezan dos dois, três primeiros anos. Quem é o Marchezan dos dois primeiros anos de governo? Brigou muito, brigou com todo mundo, brigou com todos os temas da cidade, mexeu em coisas que estavam dando certo na cidade e arrumou briga com todo mundo. Pois bem, no final da sua gestão, o prefeito Marchezan quer comprar novas brigas totalmente desnecessárias.

Eu quero lembrar aqui que, logo após a eleição de 2016, o então prefeito Fortunati – o novo governo, o prefeito Marchezan, não havia assumido ainda – encaminhava para a Câmara projetos de lei em que dizia: “Diante do pedido do prefeito eleito, encaminho projeto de lei...”. Pode ser questionada essa atitude, porque o prefeito Fortunati tinha até o dia 31 de dezembro para exercer o cargo, mas, no seu pensamento, achava que, diante de uma eleição recente e de um prefeito recém-eleito, ele tinha uma legitimidade política para encaminhar projetos para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Bom, é um pouco essa postura que se espera do prefeito, e o prefeito, nos últimos meses de governo, compra brigas desnecessárias, não consegue nem fazer os testes – quero lembrar aqui os 50 trabalhadores da saúde no HPS com teste positivo para a Covid-19 –, os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde sequer estão recebendo os testes, estão tendo que pagar do próprio bolso para fazer a testagem para verificar se estão ou não positivos para a Covid-19. Então vejam, se tudo estivesse resolvido, como diz o prefeito, até poderia se discutir a possibilidade de a gente debater outros projetos; mas estamos diante de uma pandemia que se acelera, o número de casos aumenta – não é à toa que ele mesmo teve que voltar atrás na sua decisão de abrir muitas atividades. Mesmo assim, o prefeito vem apresentar uma série de projetos que não tem nada a ver com a pandemia, independentemente de seu mérito, e que, logicamente, vai comprar muitas brigas na cidade, ou seja, ele não muda a forma de atuar nem mesmo numa pandemia e no final do governo.

Então, fica o nosso registro de repúdio, e eu queria conclamar aqui todos os vereadores e vereadoras para que nós façamos juntos um pedido uníssono ao prefeito sobre os testes que não foram comprados, foram comprados apenas duas vezes os testes: que sejam feitos principalmente nos profissionais da saúde. Esses profissionais estão na linha de frente, é uma frase que todo mundo está falando, mas não adianta dizer isso e bater palmas se sequer são oferecidos testes pagos pelo Município para os profissionais da área da saúde. Acho que esse é um pedido que todos nós deveríamos, como requisito básico da nossa atuação, de qualquer fala, exigir do prefeito. Uma boa tarde a todos e todas.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Falo aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos meus colegas Marcelo Sgarbossa, que acabou de se pronunciar pela oposição, do Ver. Engº Comassetto e do Ver. Aldacir Oliboni. A nossa bancada repudia o comportamento arrogante, autoritário, prepotente do prefeito municipal na sessão em que ele compareceu. Eu sei que a maioria ficou impactada, porque todos nós imaginávamos que o prefeito daria algumas explicações sobre esses mais de 100 dias

que enfrentamos a pandemia na capital. Ele não foi digno, como não é digno do cargo que ocupa, de fazer uma mínima autocrítica. Nós levantamos, listamos para ele, ele não gostou. Eu fui o único vereador a quem ele não respondeu. E tudo o que eu disse, eu repito aqui para as senhoras e os senhores: o prefeito é de uma pequenez atroz. Veio aqui para dizer que proporia um conjunto de medidas para salvar a cidade, para o futuro, para a modernidade. Nenhuma palavra sobre o drama que vivem as famílias porto-alegrenses; nenhuma palavra sobre as cestas básicas que ninguém sabe onde estão – agora, descobrimos que algumas delas estão há um mês em alguns CRIPs. Essas pessoas têm necessidades.

O prefeito só sabe fazer uma coisa, que é criticar a Câmara, mas, quando vem à Câmara, parece um cordeiro – parece, mas não é, não é! – e faz proposições estapafúrdias. A questão do Previmpa é botar a mão na bufunfa dos funcionários para que outro prefeito pague essa conta. Na questão da Procempa, inclusive, ele erra tecnicamente dizendo que tem que acabar com o monopólio; a Procempa não tem monopólio, mas a Procempa salvou a Prefeitura em várias ocasiões. A Procempa, sim, tem o condão de opinar, de dizer se os produtos da área da informática e da comunicação que estão sendo negociados pelo poder público são adequados ou não. Tirar isso afronta o art. 84 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Essa é a questão crucial; mas o prefeito acha que ele pode tudo. Ele, inclusive, mudou a propaganda da cidade, ele fala em “Porto Alegre para sempre”. Eu já disse que ele não é o rei Luís XIV, nem vou falar o que mais eu acho disso, mas é uma arrogância ímpar, e nós não vamos concordar com esse tipo de comportamento. Tal qual fez o meu colega Marcelo Sgarbossa, eu quero apelar ao bom senso dos meus colegas – alguns com quem nós convivemos há décadas, outros mais recentemente –, com o compromisso que nós temos com a cidade de Porto Alegre, para não deixarmos que o prefeito, no final do mandato, faça o que bem quiser, atropelando a Casa Legislativa, a Casa do Povo de Porto Alegre. Não podemos aceitar essa questão de jeito algum.

O prefeito teve três anos e meio para discutir o novo modelo de mobilidade urbana, mas não fez isso. Algumas propostas, se fossem articuladas com a população, em outra circunstância, nós discutiríamos. Nenhuma palavra sobre o financiamento da economia local – nenhuma palavra! O prefeito não faz articulação com o Banrisul, o prefeito não faz articulação com o Badesul, que poderiam, junto com outros bancos públicos, como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil... O Pronamp é outra balela do governo federal, porque as pessoas não estão conseguindo acessar o Pronamp; mas o governo poderia dar um aval, dar uma garantia para os pequenos empreendedores, e poderíamos desenvolver amplamente a economia local. Isso não está sendo feito. Nós nos confrontaremos com o prefeito até o dia 31 de dezembro, porque nós não concordamos com esse tipo de comportamento, e ele se elegeu com outro programa que não aquele que ele está implementando neste momento.

Para concluir, é o prefeito o maior brigão de todos os tempos, briga com todos os secretários – já mudou três ou quatro vezes algumas secretarias –, vive de conflitos, não dialoga com a Casa do Povo, que representa o conjunto da população de Porto Alegre. Nesse sentido, nós vamos nos opor à maioria desses projetos, mas eu digo

uma coisa: o único veto que o prefeito ganhou na semana passada foi com os votos da oposição; portanto, nós sabemos a nossa força, nós não somos mais uma oposição PT e PSOL, nós somos hoje uma oposição alargada, amplamente fixada para barrar os projetos megalômanos do prefeito Nelson Marchezan Júnior. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Sr. Presidente, vereadores, agradecer à minha líder, Ver.^a Cláudia Araújo, e dizer que eu tenho testemunhado e vivenciado, nesses últimos dias, um retrato claro e preciso do que foram os últimos três anos e meio da atual gestão. Eu quero dizer ao prefeito, porque talvez ele não saiba, que as pessoas não estão preparadas para mais um ciclone. Talvez ele viva numa realidade que eu já disse outro dia aqui, uma realidade que me lembra muito a propaganda do PT, o Cidade Viva, uma realidade de uma cidade com filtro, uma cidade que talvez olhe só para uma obra – que, aliás, não foi ele que fez, ele pegou 90% pronta a orla Moacyr Scliar, que, inclusive, eu tive a honra de nominar, com o apoio... (Problemas técnicos no som.) ...Mas talvez ele olhe só para essa obra e desconheça o restante da cidade. Eu, na segunda-feira, fui à casa de bombas 10, no extremo do Sarandi, e verifiquei a situação daquelas pessoas. Antes, quando estava indo, passei ali pelo Maria Goretti e pelas obras do arroio Areia e, novamente, vi todas aquelas pessoas do bairro São João e daqueles bairros embaixo d'água. Isso é fruto, entre outras coisas, da perda de recursos. Lá no bairro Sarandi, nós perdemos o recurso da duplicação da Av. Severo Dullius. Ao lado do Big, tem um valão que foi desviado e contribui com o arroio Sarandi, portanto, contribui definitivamente com as enchentes que há anos assolam aquelas pessoas ali. Para tristeza maior ainda, anteontem, teve uma chuva, é verdade, de grandes proporções; mas, se, ao longo desses três anos e meio, tivesse havido agilidade, as pessoas não estariam passando por essa situação. O mesmo ocorre no outro lado da cidade, aqui no arroio Cavalhada, próximo ao bairro Nonoi, vindo lá do Alto Teresópolis e de Belém Velho, as águas descem ali do Morro Teresópolis e vêm lá de Belém Velho e acabam se acumulando no arroio Cavalhada. Mais uma vez, numa cheia histórica, muitas pessoas perderam absolutamente tudo o que tinham. Hoje, nós estamos com uma temperatura de 10° C, numa pandemia, com uma sensação térmica de 6° C, e nós temos desabrigados em Porto Alegre, porque essas obras que deveriam ter acontecido ao longo de três anos e meio não aconteceram. Por quê? Por uma reforma administrativa malfeita, por um traço da personalidade do prefeito que é de não ouvir, ou de escutar e não ouvir; por uma reforma administrativa malfeita, repito. Desde o início, nós dizíamos que não ia funcionar, e ele, mais de uma vez, em reuniões com os vereadores dizia: “Não, vocês têm que deixar eu fazer do meu jeito, eu me elegi prefeito, eu quero fazer do jeito que eu quero”. E nós dizíamos: “Mas, prefeito, só

queremos lhe ajudar para mostrar que desse jeito não está funcionando e não vai funcionar”. Dito e feito, houve um desarranjo administrativo dentro da Prefeitura Municipal, não conseguiram sequer fazer os projetos e cumprir os tempos.

Lá na Av. Severo Dullius, esse desvio está fazendo com que o valão que passa no Big da Av. Sertório contribua com o Sarandi, enchendo lá; aqui do outro lado, o arroio Cavalhada; o entorno da Arena do Grêmio. Mais uma vez, esta semana, nós temos a notícia de que há três anos e meio não se conseguiu fazer um acordo para resolver as obras do entorno da Arena do Grêmio, algo que deveria ter tido o empenho do prefeito, pessoal. De novo, aquelas pessoas, mais uma vez, como em outras regiões, estão embaixo d’água. Eu agora estou no carro, porque estou indo lá para as ilhas. Acabei de receber um telefonema de comunidades ali do lado do São João, Navegantes, Ilha dos Marinheiros, que também estão embaixo d’água.

Não bastasse tudo isso, senhores, nós estamos em plena pandemia, com uma ideia – ou mentira – propagada de que está sendo tratada adequadamente a questão da pandemia. Eu, de novo, falo do exemplo que trago de dentro do meu gabinete. Omar Ferri Júnior, que foi diretor-geral da Câmara, adoeceu no dia 16, mas, durante oito dias, não recebeu o diagnóstico da Covid-19 – ao final dos oito dias, recebeu o diagnóstico. Ao longo desses oito dias em que esteve doente – na verdade está, saiu do hospital anteontem, graças a Deus –, não recebeu uma orientação de isolamento; aliás, recebeu apenas esta orientação: “Vá para casa e fique em casa”. Ele tem condições; mas imaginem outras pessoas que não receberam medicação, não receberam tratamento, não receberam orientação, não receberam um protocolo. Não há nada disso. Não houve a preparação de um hospital de reserva. Não bastasse toda essa situação, exatamente por inércia, por inoperância, por inaptidão, por incompetência ou por teimosia, nós não preparamos os leitos hospitalares e trazemos a economia da cidade à situação de caos. Então, nós vivemos as chuvas, nós vivemos o frio, nós vivemos o *lockdown* no comércio – desde 15 de março, e estamos quase terminando a primeira quinzena de julho – e, ainda, para coroar essa situação de verdadeiros absurdos, hoje, a história quase surreal para mim de proibir as pessoas – que têm o direito constitucional de ir e vir, porque têm um contrato firmado, que é a compra do seu vale-transporte, o TRI, pois, quando a pessoa compra o TRI, ela coloca lá o dinheiro, portanto, faz uma espécie de contrato tácito entre ela e o sistema – de utilizarem o seu cartão de transporte. Portanto, um dos direitos mais básicos da Constituição, assim como vários outros direitos, como o direito à liberdade e o direito de ir e vir, estão sendo cerceados neste momento, com uma complacência de alguns órgãos do Judiciário, o que, para mim, também é difícil de compreender. Aliás, a única complacência que eu compreendo é de certos setores da mídia, que são os únicos, na verdade, que estão ganhando ao longo desses absurdos que nós temos visto aqui ultimamente.

É preciso rezar, é preciso lutar e resistir. Nós precisamos superar esses momentos. Nós precisamos construir uma nova página na história da nossa cidade. E eu desejo muito que a gente consiga superar essa questão e que aqueles que empreendem tenham ainda energia suficiente para conseguir superar as dificuldades que são impostas por uma Prefeitura que deveria ter feito a sua tarefa de casa, lá em março, que confiou

não sei no que, que teve a imprevidência de não saber que uma pandemia cria uma situação excepcionalíssima e que nós talvez precisássemos de um hospital de reserva, como o Parque Belém, que nós temos falado aqui, através de uma intervenção, mas não fez nada disso. Então, eu lamento tudo isso e só espero que nós não venhamos a dar cheques em branco, porque acho que a confiança, a fé, a crença na capacidade desta gestão, infelizmente, com essa soma de equívocos que nós temos visto ultimamente, acabou. E nós temos que ter a força e a clareza para assumir essa posição e ajudar, neste momento, os que precisam: os desabrigados, os desassistidos, os que, ultimamente e absurdamente, foram cerceados no seu direito de ir e vir. Temos que ajudar, especialmente, Porto Alegre a se reconstruir depois dessa tragédia que nós estamos vivendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Valter.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Colegas, eu quero agradecer ao Ver. Mendes Ribeiro pela cessão do tempo. Devo começar, Ver. Adeli Sell, corrigindo um dado que o senhor mencionou. O senhor disse que o prefeito trocou o *slogan* por gosto, por preferir “Porto Alegre para sempre” à “Porto Alegre para a gente”. É preciso ser justo, não foi por preferência que o prefeito fez essa alteração; ele fez essa alteração porque o Ministério Público exigiu que o fizesse, porque “Porto Alegre para a gente” é o nome da coligação que venceu a eleição, e o Ministério Público identificou, nesse *slogan* usado pela Prefeitura, indícios de ilegalidade e de improbidade administrativa por quebra do princípio da impessoalidade, no momento em que o prefeito usa como *slogan* da administração o nome da coligação que o elegeu. Então, só para fazer essa correção. Na verdade, o que há, é muito mais grave, não é só a preferência do prefeito, o que há é o indício aqui de um ato de improbidade; pelo menos, é o que diz o Ministério Público do Rio Grande do Sul quando pede à Prefeitura – recomenda à Prefeitura – que deixe de usar o *slogan* que tinha eleito o senhor prefeito.

Em segundo lugar, eu quero pontuar a nossa tristeza e me somar aos colegas que questionam a transparência no Município de Porto Alegre. Eu fiz algumas manifestações me valendo de informações do *site* da transparência e, em razão disso, fui criticado pelo governo, em especial pelo nosso ex-colega, o ex-vereador Moisés Barboza, que, na rádio, disse que eu estava me valendo do *site* da transparência para dizer que o Município não era transparente, e isso era incoerência minha. Hoje, estou lendo aqui no *site* do jornalista André Machado que a transparência internacional faz um *ranking* sobre os municípios brasileiros, sobre as capitais brasileiras, um *ranking* de transparência durante a Covid-19, e, das 26 capitais, Porto Alegre ocupa a 22ª posição, ou seja, não sou só eu, a transparência internacional reconhece que falta transparência à Prefeitura de Porto Alegre durante a crise da Covid-19.

Dito isso, eu quero aproveitar o tempo que falta para chamar a atenção dos colegas, porque há um projeto trancando a pauta, um projeto que trata da GAT – Gratificação de Atividade Tributária, que veio para a Câmara no ano passado. Já poderíamos ter votado no ano passado, quero só ressaltar e chamar a atenção dos colegas, porque esse projeto está trancando a pauta, portanto, é um pedido também e um alerta para que o Executivo retire a urgência do projeto, porque nós não podemos votá-lo por duas razões. Primeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe aumento de qualquer gratificação, vantagem, benefício nos 180 dias que antecedem o fim do mandato. Portanto, nós estamos legalmente proibidos de votar esse projeto sob pena de incorrerem em infração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo problema: a Lei Complementar nº 173, que é a lei complementar do combate à Covid-19, art. 8º, proíbe aprovação, durante o estado de calamidade, de qualquer aumento de gasto público com pessoal. Questionarão: será que esse projeto acarreta aumento de gasto público? O próprio Executivo diz que sim. Está nos autos, está no processo e está também escaneada e juntada ao SEI a declaração que tem que ser feita mostrando que o impacto para 2021 é de quase R\$ 4 milhões – um aumento de despesas de quase R\$ 4 milhões. Portanto, nós estamos não só nos 180 dias anteriores ao fim do mandato, nós estamos em regime de calamidade pública, o que faz com que seja ilegal, impossível votar esse projeto neste momento. É um apelo que eu faço – não vejo aqui o Ver. Mauro Pinheiro, mas vejo o Ver. Ramiro Rosário – para o Executivo para o seu próprio bem, que retire esse projeto, retire a urgência desse projeto, se não for por isso, a Câmara terá que rejeitar o projeto para não incidir em quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Complementar nº 173, porque o projeto declaradamente aumenta a despesa de pessoal para o ano que vem. É esse o apelo que eu faço para que não haja constrangimento desta Câmara a votar um projeto ilegal, o que nos levaria, obviamente, à sua rejeição, eu quero crer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Luiz Afonso; boa tarde, vereadores e vereadoras. A atual situação é muito complicada. Nós realmente temos um quadro muito grave em Porto Alegre; evidentemente, um problema nacional. O mais grave, é lógico, é esta pandemia que nós temos enfrentado. O prefeito Marchezan, para fazer uma análise local, tem uma lógica que, sob um ponto de vista, em contraste com o Presidente da República, é uma lógica racional, porque na tese que o prefeito Marchezan tem sustentado há obediência, há respeito à ciência e às recomendações da Organização Mundial da Saúde; portanto, há necessidade do isolamento social, de termos um cuidado grande com a pandemia e com a questão de nós não esgotarmos o nosso sistema público e o nosso sistema de saúde de um modo

geral. Eu digo que é contrastando com o Presidente da República, porque, evidentemente, no plano internacional, o Brasil é um fiasco, é uma vergonha e é uma tragédia, porque nós temos um Presidente que tem uma política genocida em relação a esse tema, na medida em que ele tratou, como todos acompanharam, essa grave doença como se fosse algo menor. Inclusive, depois que se soube que ele adquiriu a doença, ele teve também uma atitude criminosa, porque ele espalhou a doença, na medida em que ele mesmo não respeitou o isolamento social e sequer obedeceu a medidas básicas – agora há uma lei nacional –, como a utilização obrigatória de máscaras. Então, comparando com o Presidente da República, que tem uma política genocida, é lógico que o prefeito Marchezan está tendo uma atitude mais racional, mais responsável. Mas eu digo que isso é verdade só na comparação, porque, analisado em si mesmo, o prefeito Marchezan tem tido também uma postura irresponsável e equivocada no tratamento na pandemia. Eu digo isso por quê? Nós já levantamos há algum tempo... Primeiro porque não tem investimento, todos sabem que não tem investimento. O prefeito não teve nenhuma política preventiva forte, teve uma atitude de desrespeito em relação aos profissionais da saúde. O Ver. Sgarbossa já fez referências a trabalhadores... (Problemas técnicos no som.) ...testes nos trabalhadores dos hospitais.

Eu também fiz, há algum tempo, e estou com essa denúncia encaminhada junto à Universidade Federal de Pelotas. Nós ainda não tivemos uma resposta definitiva, mas nós levantamos uma suspeita muito grave, e, a cada dia que passa, isso tem sido confirmado por notícias em nível nacional, que os casos da Síndrome Respiratória Aguda Grave têm aumentado muito. Eles se multiplicaram por dez este ano, e há uma suspeita muito grande que, na verdade, seriam casos de Covid-19 que não estão sendo devidamente apurados. Isso, evidentemente, nos preocupa, porque a falta de transparência nessa área é muito perigosa. Então, o prefeito, nem mesmo nessa questão da pandemia tem tido um tratamento realmente adequado, como se demonstra também no tratamento que o prefeito tem dado ao IMESF. Nós vimos, o prefeito tem insistido desde o ano passado na extinção do IMESF, na demissão de trabalhadores da área da saúde, chegou a cortar, de modo sádico, o vale-refeição para tentar quebrar a resistência dos trabalhadores, dos enfermeiros, dos técnicos, dos agentes comunitários de saúde. Isso é muito grave. Felizmente, agora, uma ação do Ministério Público do Trabalho teve um ganho de causa junto ao tribunal e exigiu a suspensão das demissões e, inclusive, o pagamento do vale para uma parte, não ainda para os agentes comunitários – esses ainda estão na justiça para requerer o pagamento do vale-refeição. Mas isso mostra o quê? Mostra que, mesmo na área da saúde, o prefeito Marchezan tem uma atitude irresponsável de ataque a trabalhadores que estão empenhados no combate pela vida, empenhados em cuidar das pessoas.

Além dessa questão do IMESF e de outras áreas também, nós sabemos que o governo está tentando privatizar e acabar... (Problemas técnicos no som.) ...público da área de tecnologia da informação com a tentativa de quebrar a possibilidade de a nossa Procempa controlar os contratos da Prefeitura nessa área. A Procempa é muitíssimo importante como elemento de controle público sobre essa área. Nós sabemos que o prefeito Marchezan teve atitudes horríveis na Procempa, como nomear, no início do seu

governo, o empresário Michel Costa, que tem acusações de corrupção muito graves, é processado por fraudes que ele executou antes no DAER. São muitas as medidas administrativas equivocadas que comprometem uma administração transparente e competente. O que é que ele tem feito, na verdade, o que me preocupa? É um tipo de governo que, na linha de isolamento, tentou trazer uma ideia de parar tudo, parar a cidade e só ele atuar, só ele falar, obviamente que nisso ajudado pelos meios de comunicação. Numa situação de pandemia e de isolamento social, é muito comum que o peso... (Problemas técnicos no som.)

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Houve problema com a conexão do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) O vereador perdeu a conexão, todavia o seu tempo já estava esgotado.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, quero trazer um abraço ao querido Presidente Pujol, que não se encontra, à Lourdes, que está presidindo, aos colegas vereadores e vereadoras, ao Luiz Afonso e a todos os que estão nos acompanhando nesta tarde. Hoje eu vou conversar um pouco sobre os alagamentos que têm ocorrido na cidade de Porto Alegre nos últimos dias. Isso vem de décadas. Tive o orgulho de ter sido diretor-geral do DEP, lamentavelmente extinto. Votei contra à época da proposta de reforma. Em Porto Alegre, chegam, desembocam no Guaíba os cinco maiores rios do Estado. Com isso, nós estamos aqui sujeitos a enchentes, como aquelas que ocorreram no passado, essencialmente a de 1941. Para buscar alternativas de resolver o problema, ainda o extinto DNOS construiu diques e o muro da Mauá. A nossa Av. Beira Rio, a nossa Av. Castelo Branco e outras são diques; aqui no Sarandi também tem. Com a construção de diques e de casas de bombas, ficou muito mais difícil acontecer enchente em Porto Alegre, porque as águas do rio têm dificuldade de entrar na cidade. Agora o que aconteceu foi que se viu a dificuldade das águas do Guaíba de entrarem em Porto Alegre, mas temos uma dificuldade enorme de jogar, para dentro do Guaíba, as águas das chuvas que aqui chegam. O que é que ainda construiu o antigo DNOS? Um sistema de casas de bombas, que, à época, resolveu o problema, mas são bombas que já estão instaladas em Porto Alegre há mais de 70 anos, elas estão praticamente sucateadas. Sem esse sistema de casas de bombas operando, o problema do alagamento não se resolve, cada vez piora mais, basta nós acompanharmos o que acontece, por exemplo, aí na Farrapos, no Navegantes. O que nós fizemos lá, quando fui diretor-geral do DEP, e falei por inúmeras vezes aqui para os colegas? Nós elaboramos pré-projetos, 22, e desses pré-projetos de macrodrenagem, a maioria deles foram executados, faltou um projeto que foi fundamental, que é o pré-projeto que fizemos da reforma e ampliação de todas as casas de bombas da cidade. O dinheiro chegou, R\$ 150 milhões. Lamentavelmente, os projetos não tiveram acabamento, não foram elaborados por completo, e perdemos esse dinheiro. Portanto, se estamos ainda enfrentando

seriíssimos alagamentos na cidade, uma das causas é o estado em que se encontram as casas de bombas. Há necessidade de reforma e ampliação, repito, conquistamos os recursos, e os projetos não foram elaborados por completo.

Eu tenho dito e vou repetir: o erro foi a extinção de DEP, tenham certeza, meus queridos colegas, que, ainda existindo o DEP, nós não teríamos perdido esse recurso. Com toda a certeza, não teríamos, e Porto Alegre estaria em situação bem melhor. Enquanto nós não reformarmos essas casas, as dificuldades são grandes, e eu vejo uma coisa: resta, agora, mais uma vez e lamentavelmente, solucionar recursos que venham de Brasília para executar projetos nesse sentido. Sem as casas de bombas funcionando como precisam funcionar, pela estrutura e aparelhamento que Porto Alegre tem para combate às enchentes, nós não chegaremos a bom termo. Portanto, lamento bastante, já falei sobre isso, essa perda de recursos, e é de lamentar também a situação enfrentada por muitos dos moradores de Porto Alegre, que se encontram em estado muito difícil. Portanto é preciso repensar isso, reapresentar projetos e novamente pedir recursos. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas; boa tarde, todo mundo que está nos acompanhando; eu gostaria de fazer uma manifestação, aproveitando este tempo, corroborando com alguns dos pontos que os meus colegas já apresentaram, mais especificamente sobre a questão da transparência. Acho que o Ver. Ricardo foi muito feliz em trazer o *ranking* da transparência internacional. Essa nova atualização deste mês corrente, essa última avaliação, na verdade, foi publicada há cerca de uma semana, talvez um pouco mais do que isso. Porto Alegre, que já vinha na 17ª posição em transparência dentro das capitais, caiu para 22ª. Então nós tivemos ainda uma piora. Já éramos ruins e pioramos ainda mais no apanhado de abril para maio. Isso é um sinal de alerta, como vários outros colegas já colocaram, especialmente pegando de exemplo o relato que o Ver. Valter colocou sobre o Omar Ferri Júnior, o caso dele e a forma que foi tratado pela saúde municipal. Eu gostaria de expressar a minha indignação também pelo atraso no aperfeiçoamento dos protocolos e do atendimento e testagem prometidos. A gente teve, desde o dia 23 de abril, se não me falha a memória, anúncios por parte do governo, da Prefeitura e de vários colegas vereadores, inclusive, de que nós iniciaríamos a testagem num volume e modelo semelhante à Coreia do Sul. E o que nós tivemos, na verdade, foram quase dois meses de hiato entre a promessa e a prática. A gente teve um avanço no número de testagem agora, nesses últimos dias. Nos próprios boletins informativos da Prefeitura não constava o número de testes, passou a constar não faz muitos dias, não faz mais de duas semanas. Ainda assim, o último dado que estava presente, pelo menos até o boletim de anteontem, era do dia 26 de junho, e

nós já estamos chegando no dia 10 de julho – estamos no dia 9 de julho. Nós temos também uma dificuldade de acesso às informações de maneira contínua de várias outras variáveis e indicadores importantes da saúde pública municipal, quer sejam os que já debatemos, sobre pacientes vindos do interior, quer sejam sobre os nossos casos de surto – até o Ver. Valter recorreu à justiça para identificá-los. Então, nós tivemos aqui a presença do prefeito para falar sobre novos projetos, mas ele muito pouco esclareceu sobre a abordagem que está se fazendo para corrigir esse tipo de problema. E a gente viu um crescimento de surtos especialmente em locais de saúde, onde, ao mesmo tempo em que crescem os locais de surto, também crescem os relatos de pessoas que chegam sintomáticas nos nossos hospitais e que não recebem a devida classificação, testagem, medicação, enfim, orientação ideal. Quantos pacientes estão indo para os nossos postos de saúde, para as nossas UPAs, para os nossos hospitais, com gripes comuns, com sintomas de influenza, de H1N1 ou outros, estão chegando lá, não estão tendo acesso a uma rápida testagem, estão se contaminando com Covid-19 por conta de outros pacientes que estão no mesmo recinto, esses talvez sem saber se estão confirmados por não terem a devida classificação também.

Recentemente, tivemos uma melhoria, por exemplo, na entrada do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, talvez por conta de uma crítica que eu fiz semanas atrás. Depois, a diretora-presidente Nadine sugeriu, numa *live* da Prefeitura, que eu tivesse me arrependido da crítica, mas eu não me arrependi da crítica. A crítica era de que no principal local, epicentro da pandemia do Estado, o acesso no *hall* de entrada não tinha o mesmo rigor de muitos supermercados de Porto Alegre. E é uma crítica válida! Eu entendo o profissionalismo do hospital, da sua equipe, mas, depois da minha crítica, tivemos um incremento de controle e segurança, inclusive no *hall* do hospital, onde ficam muitos pacientes, visitantes e por aí vai.

Então eu gostaria de somar a minha crítica à falta de transparência e à falta de informações que perduram em muitos dos casos, pelos tantos pedidos de informações que eu tenho pendentes já, vencidos os prazos, alguns há mais de meses que a Prefeitura não responde; ofícios encaminhados para as secretarias, inclusive para a Secretaria de Relações Institucionais, que não me responde. O Christian só me respondeu no WhatsApp que recebeu, mas não dão nenhum retorno. Sequer dizem “vamos verificar”, “isso é possível”, “isso não é possível”. É um desrespeito com os parlamentares, que estão querendo, justamente, contribuir com a melhoria do enfrentamento à pandemia. Eu pude indicar, lá no início da pandemia, a empresa Unicontrol para poder doar os serviços de sanitização e profilaxia dos espaços públicos que o Ver. Ramiro, quando secretário, prontamente recebeu, conseguiu dar o encaminhamento e fez o atendimento. É a empresa que eu era sócio. Ou seja, tem muitos vereadores que têm muito a contribuir, mas a Prefeitura não ajuda e aí reclama quando a gente critica, reclama quando a gente sobe o tom; ou talvez reclame quando a transparência internacional a ranqueie ainda pior em índice de transparência.

Então eu espero ver respondidos os PIs, espero ver respondidos os ofícios e espero que os boletins informativos e o novo portal que a Prefeitura lançou, que é bem melhor do que o que a gente tinha, mas ainda carece de mais dados e mais informações

também sobre o avançar da pandemia, sejam atendidos, melhorados e que a gente possa ter um melhor enfrentamento, afinal de contas, não adianta nada a gente fechar a cidade inteira de novo, estourar mais desemprego, mais falências, se a gente não consegue sequer fazer testagem de sintomáticos e fazer isolamento dos confirmados, que eles, sim, são os potenciais novos surtos, eles, sim, são os epicentros da contaminação na cidade. Então, é preciso ter uma abordagem séria, comprometida e profissional e não apenas publicitária, como muitas vezes está acontecendo com o nosso dinheiro e com esta gestão, que o prefeito vem até a Câmara e nunca responde todas as perguntas. Quero agradecer a atenção de todos e desejar uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Antes de o próximo orador falar, eu peço dois minutos para dar uma justificativa para os colegas sobre uma determinação que nós tomamos no dia de ontem e que os reflexos, inclusive, estão ocorrendo no dia de hoje. Nós havíamos, de antemão, comunicado à imprensa e expedido os convites para que amanhã nós fizéssemos um painel – com três dirigentes de sindicatos formais e um dirigente de sindicato dos empregados – a respeito da situação da economia do Município, dos impactos que esse processo está ocasionando. Ocorre que ontem nos surgiu a informação altamente temerosa – só desmentida durante a noite – de que não existia nenhuma garantia de quando seriam restabelecidas as ligações elétricas na Câmara de Vereadores. Temerosos de que nós não pudéssemos, no dia de hoje, manter a sessão, o que seria altamente prejudicial para os convidados, nós nos precipitamos, no bom sentido, e, por cautela, antecipamos a transferência da reunião que ocorreria amanhã – era uma extraordinária, amanhã, sexta-feira –, transferimos para quinta-feira vindoura a realização de uma reunião programada já. A temática seria exatamente essa, com os convidados sugeridos, inclusive, pelo proponente, que foi o Ver. João Bosco Vaz. Estou esclarecendo isso oportunamente, estou realizando outros contatos, e nós mantemos essa nossa determinação. Ademais, isso satisfaz plenamente o requerente, que teria, na ocasião, dia de amanhã, nesse horário, dificuldades para estar presente, o que seria uma injustiça com ele, que há mais tempo tem combinado pela realização desse encontro com as entidades que já me referi. Então interrompi agora, peço perdão e devolvo o comando à Ver.^a Lourdes, que está se saindo muito bem na condução dos trabalhos. Mas deixa eu informar para todos, fazendo com que cessem os telefonemas que a gente tem recebido em alguns gabinetes pedindo explicações sobre uma situação que eu já deveria ter explicado plenamente para todos. Obrigado pela atenção e perdão por ter interrompido a ordem de trabalhos.

(A Ver.^a Lourdes Sprenger reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Dr. Goulart.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Duas coisas: primeiro, a gente não sabe em que tempo os vereadores estão falando, não está sendo enfatizado, e em liderança a gente não pode dar aparte. A segunda coisa é que estou com dificuldade de me expressar, então eu gostaria que me dessem um pouquinho mais de atenção, uma vez que eu estou com dificuldade há três ou quatro sessões.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, vereador, vamos atentar para isso, fique tranquilo.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Boa tarde a todos os colegas. Presidente Reginaldo Pujol, eu queria dizer para os colegas que, devido a essa trajetória na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, eu acabei descobrindo que sou engenheiro frustrado. Acabei seguindo na minha vida o ramo do direito, mas, dentro da secretaria, onde nós tivemos a oportunidade de conhecer muito sobre a estrutura do serviço e da nossa cidade, eu vi o quanto apaixonante é a engenharia, muito especialmente nos assuntos relacionados à drenagem urbana até mesmo.

A água é uma das forças mais incríveis da natureza. A gente brinca, inclusive, que ela sempre vai acabar achando um caminho para seguir, e, dentro da engenharia, dentro do sistema de drenagem de todas as grandes cidades do mundo, existe muito sobre estratégia, como a gente pode fazer para que as bacias hidrográficas do nosso Município, todas as águas dos bairros mais altos possam seguir o seu devido curso e chegar nas regiões de planície adequadamente sem causar alagamentos, sem causar cheias nos arroios, sem causar tantos prejuízos na vida das pessoas.

Eu ouvi antes aqui, muito atentamente, o colega Ver. Valter Nagelstein e também o colega Ver. Aírto Ferronato, inclusive respeitando a trajetória de ambos colegas – o Ver. Ferronato teve oportunidade de gerir o DEP algum tempo atrás. Eu quero lembrá-los que o DEP, muito especialmente nos últimos anos, antes de a atual gestão assumir, estava envolto em escândalos de corrupção e também tinha serviços totalmente ineficientes. Havia uma grande demanda da comunidade porto-alegrense, também uma demanda representada pelas suas lideranças políticas de que houvesse uma mudança forte, brusca nas conduções do sistema de drenagem da nossa Porto Alegre, tanto nos quesitos de planejamento de obras como de manutenção no sistema, que são os serviços de zeladoria do dia a dia, como limpeza de boca de lobo, dragagem de arroio, desassoreamento de galerias e também operação nas casas de bombas. Nós mudamos inclusive a sede da Secretaria de Serviços Urbanos para a sede do antigo DEP, lá na Rua Gen. Lima e Silva, porque lá era o olho do furacão. A Secretaria de Serviços Urbanos não tinha uma secretaria mãe, ela não tinha uma grande estrutura, ela não tinha sequer sede, e nós fomos para lá, porque era o local onde os serviços mais exigiam a nossa atuação. Com muito trabalho, meus colegas, nós conseguimos tirar o

DEP das páginas policiais e colocá-lo, mais recentemente, em diversas matérias, inclusive da própria jornalista Adriane Irion, que foi a jornalista responsável por denunciar e divulgar os escândalos de corrupção que aconteceram naquele período, reconhecendo os significativos avanços que nós tivemos nas áreas de serviços de manutenção do dia a dia. Importante reforçar aqui a vocês que, na reforma administrativa, que na minha avaliação foi bem-feita, nós tivemos toda essa parte de serviços da Secretaria de Serviços Urbanos, e a parte de planejamento e de grandes obras ficou com a Secretaria de Infraestrutura, a qual, inclusive, nosso colega secretário Ver. Luciano Marcantônio teve a oportunidade de conduzir.

Quando eu cheguei no antigo DEP, tinha lá uma frase: “DEP, exemplo em drenagem urbana”. Bom, era uma frase que eu acredito que o diretor na época só ficava olhando para aquilo, mas, quando ele ia para a rua, quando ele vivenciava o dia a dia da cidade, ele via que a que a nossa cidade não era exemplo de drenagem urbana. Nossa cidade, a bem da verdade, teve muitos importantes avanços, obras históricas como as de Loureiro da Silva, que fez a canalização do arroio Dilúvio, que demorou 20 anos, e temos também o sistema de diques na própria Av. Ipiranga e todos os outros que foram feitos com apoio e suporte do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, como bem mencionou o Ver. Ferronato. Mas a realidade era de extremo sucateamento. Para que vocês tenham uma noção, o conjunto das casas de bombas de Porto Alegre, no início de 2017, funcionava com apenas 40% da sua capacidade operacional. Nós tínhamos no DEP mais de 17 contratos de serviços rotineiros que estavam ou extintos, não estavam sendo executados por ineficiência de gestão administrativa, ou então sobre indício de irregularidades. Nós colocamos tudo em dia com muito trabalho. Hoje as nossas casas de bombas recebem operação de manutenção mecânica e elétrica; nós já dobramos a capacidade operacional das casas de bombas, que está em 80%; nós melhoramos muito os serviços de manutenção do dia a dia. Tudo com combate à corrupção e com fiscalização aprimorada, fotos de antes e depois, ponto biométrico para os operários das terceirizadas, remuneração por produtividade, para que a gente pague por aquilo que efetivamente está sendo entregue. Tudo isso foi modificado para nós podermos ter uma tranquilidade maior de que os serviços estão andando da forma como devem andar.

Um comparativo para vocês: em abril de 2017, nós tínhamos 12 mil protocolos em aberto de serviços de boca de lobo da nossa cidade; em abril de 2020, dois meses atrás, muito devido à incorporação que nós fizemos desses serviços ao DMAE para garantir, inclusive, que 100% da tarifa 3 fosse destinada ao pagamento dos contratos de manutenção do sistema de drenagem de Porto Alegre, nós reduzimos para menos de 1,8 mil protocolos em aberto que estão sendo cumpridos e sempre caindo mês após mês – isso demonstra que houve uma gestão aprimorada desses serviços. O DMAE, inclusive, tem investido aqui, no último ano, mais de R\$ 5 milhões apenas na manutenção e reforma das casas de bombas; recentemente, no início do ano, mais dez novos motores foram colocados em algumas das casas de bombas que estavam com maiores problemas e mais sucateadas.

O sistema de proteção contra cheias – e há um possível alerta aí referente à cheia do Guaíba –, em 2015, na grande cheia que houve, quando foram tentar fechar os portões do muro da Mauá precisaram de uma retroescavadeira para puxar porque estava completamente emperrado. Tinham portões do sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre, meus caros vereadores, que estavam amarrados para não cair, com portas enormes de ferro amarradas para não cair e asfalto sobre os trilhos porque elas não fechavam. Nós fizemos a reforma de 12 dos 14 portões que hoje funcionam, são acionados com uma celeridade muito maior dentro do sistema de proteção contra as cheias. Também houve investimento de mais de R\$ 6 milhões em pequenas obras, aqueles casos pequenos, específicos dos bairros, porque, às vezes, uma intervenção de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, R\$ 200 mil já ameniza alagamentos. Foi o que fizemos, por exemplo, na Rua Dezoito de Novembro com a Rua Prof. Sarmento Barata, na esquina do Intercity, que tanto alagava e que não mais alaga. Também foram feitos outros atendimentos a demandas, como bem disse a vocês.

Fora isso, fazendo uma justiça à Secretaria de Infraestrutura, Porto Alegre avançou também muito em obras de macrodrenagem. Nós estamos agora vendo em Porto Alegre o maior conjunto de obras de macrodrenagem da história recente da nossa Capital. A macrodrenagem da bacia hidrográfica do arroio Areia, que vem desde os altos da Av. Protásio Alves, chegando à região de planície do bairro Santa Maria Goretti, entre a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil, está recebendo 26 grandes obras, são mais de 7 quilômetros de galerias, são sete novas bacias de contenção, os chamados piscinões, para armazenar e retardar a água das contribuições dos bairros mais altos para que não cheguem de uma vez só nos bairros de planície causando e agravando a situação dos alagamentos. Oito dessas obras estão em execução, algumas já em fase de entrega, outras estão iniciando, e alguns ainda dizem que não se está fazendo nada para combater alagamentos. Nós temos um déficit gigantesco de drenagem em Porto Alegre. A soma de todas as intervenções possíveis para se amenizar uma situação de alagamento, que dificilmente seria com o volume de ontem, porque nós temos um tempo de recorrência de chuvas de dez anos... A chuva de ontem, muito possivelmente, pode ter sido o ciclone que causou mais chuva na Região Metropolitana desde 2008. Então vejam que foi uma grande quantidade de água em um curto espaço de tempo. Mesmo assim, muito vem sendo feito pela drenagem da Capital, mas o conjunto total significaria um investimento de cerca R\$ 5 bilhões, ou seja, dificilmente algum de nós verá todas essas obras executadas. Esta gestão tem avançado através dos colegas da Secretaria de Infraestrutura nesse conjunto de 26 intervenções ao custo de R\$ 105 milhões, com verba da Caixa Econômica Federal. Muitos dos senhores estiveram na assinatura desse projeto em 2017, inclusive com várias figuras dos governos federal, estadual e municipal, devido à magnitude desse projeto de combate a alagamentos que vai acabar com o sofrimento daquelas comunidades da região – Av. Sertório, São Sebastião, São João, Santa Maria Goretti –, que sofrem há mais de 40 anos. Reconhecemos que muito mais precisa ser feito. Se Deus quiser, se o nosso trabalho permitir e se os bandidos não vierem colocar a mão de novo naquilo que não é deles,

nós vamos, sim, enfrentar a situação dos alagamentos e ter dias melhores na cidade. Meu muito obrigado a todos e fiquem com Deus.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol; a Ver.^a Lourdes Sprenger, na presidência dos trabalhos; os colegas vereadores e vereadoras; os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão desta tarde. Primeiro, queria fazer um registro de fundamental importância na medida em que o prefeito Marchezan pagou o maior mico quando deixou de pagar o vale-alimentação aos trabalhadores da saúde, mais precisamente da Atenção Básica, e agora perdeu na justiça. Era visto, pois, quando constituído o IMESF, foi dado o direito do vale-alimentação aos trabalhadores da saúde, e agora ele diz que, como foi extinto o IMESF, deixaria de pagar o vale-alimentação. Mas aqueles trabalhadores que ainda estão trabalhando vão se alimentar com o quê? É um direito constitucional, por lei. Lamentavelmente, o prefeito Marchezan toma algumas medidas que são um fiasco e depois tem que voltar atrás, pagar os atrasados. Espero que pague, valorize os trabalhadores e toque a vida, porque, afinal de contas, não tem feito isso quando não coloca a vida em primeiro lugar e não faz a testagem em tempo de pandemia, seja dos servidores públicos ou da população de uma forma geral, que até então estão contraindo o vírus.

O Marchezan dialoga com alguns diretores de hospitais estratégicos de Porto Alegre, como, por exemplo, a direção do Hospital Conceição, a direção do Hospital de Clínicas, hospitais federais que recebem recursos volumosos e, infelizmente, não fazem um programa de testagem nos servidores. A toda semana vem a informação que a gente perde um servidor. Lamentavelmente, de ontem para hoje, faleceu mais uma funcionária, a Marilena Valduga, do Hospital da Criança Conceição. Eu fui diretor do Hospital da Criança Conceição e sei o quanto é difícil o trabalho da linha de frente. Neste momento, precisam ser motivados, é preciso dar atenção, levantar a autoestima, fornecer os EPIs e toda a estrutura necessária. Hospitais que não têm problema de recurso não fazem nem mesmo para os seus próprios servidores. É lamentável isso, é tão lamentável que o próprio prefeito municipal que compra, segundo ele – está a divulgação no Portal Transparência –, 118 mil testes para fazer a testagem na população e não faz. Diz que faz uma média de 500 testes por dia, mas não faz. Até o momento, foram feitos menos de 10 mil, 8 mil e alguma coisa, e a cada dia não se tem claramente esse projeto estratégico de contenção do coronavírus, porque, na medida em

que ele não diz quantos leitos de UTI estão disponíveis, ele fica no jogo de abre e fecha. Ele diz que é importante a flexibilização dos serviços à medida que contrair o avanço do coronavírus, mas não mostra um programa de testagem para ter o monitoramento dessas pessoas que proporcionaram o afastamento para poder ter esse controle universal da nossa população de Porto Alegre. Lamentavelmente, isso está ocorrendo diante de uma realidade difícil, também, que acontece nos últimos dias, que são as fortes chuvas – nós nos solidarizamos a todas as famílias desabrigadas.

Estava ouvindo o meu colega vereador falar da ampliação de investimentos para macrodrenagem em Porto Alegre. Por que, então, continua essa situação delicadíssima de muitas pessoas desabrigadas devido a essas fortes chuvas? E não é só em uma região de Porto Alegre, é na maior parte delas, na Zona Sul, na Zona Leste, na Chácara do Primeiro, ali na Zona Norte, nas ilhas em Porto Alegre. São centenas, milhares de desabrigados, e qual é a política de assistência social do Município de Porto Alegre? Em todas as áreas é um problema. Se nós observarmos a questão da área da educação, como as crianças até então estão afastadas por causa da pandemia, os *kits* de alimentação que o governo deveria fornecer, até então não foram fornecidos; distribuí algumas cestas, via CRIPs, e acabam ficando lá ou são direcionadas para aqueles que eles acham necessário. Não há um cadastro dessas famílias que estão em extrema vulnerabilidade, inclusive passando fome. Se não fossem as entidades, as ONGs comunitárias ou até mesmo as próprias creches que fazem campanha para distribuição de cestas básicas para as famílias das crianças, muitas pessoas estariam passando fome.

Fica aqui nosso gesto de protesto, de indignação, de uma gestão que quis mostrar para fora a contenção de custos para poder fortalecer o caixa; realmente fortaleceu o caixa, mas esqueceu do compromisso público que tinha com a população da cidade. Em todas as áreas há uma indignação por redução de ofertas de serviço, como ocorre na saúde – a terceirização chega a ser um fiasco. Diz o governo que ampliou número de atendimentos, mas a população aumenta a fila na espera, seja para uma consulta, um exame ou uma internação. É preciso dar um basta a esses governos que mentem na campanha, depois seguem os quatros anos de mandato dizendo que receberam o caixa quebrado. Lamentavelmente, o governo Marchezan mostrou por que veio, e é óbvio que a sua rejeição está no topo de todas as administrações municipais. Eu creio que, no processo deste ano, haverá uma grande mudança, não só de indignação da população, mas de uma reflexão profunda, de fato, de quem deve ser eleito para gerir uma cidade que tem uma enorme responsabilidade. Passou a eleição, tem que governar para todos, principalmente para aqueles que precisam de uma política de Estado, de uma política em que o poder público seja fortalecido, para ter mais oferta na creche, para ter mais oferta na Atenção Básica da saúde, para ter mais oferta lá na educação, e que as pessoas sejam mais respeitadas pelos impostos que pagam. Essa é a dura realidade da nossa cidade, por causa da falta de uma gestão pública responsável e adequada para com os problemas da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Nós temos que fazer alguns raciocínios. Eu acho que é o pior momento para haver briga dentro de algum poder – no Judiciário, no Executivo e, no caso, no nosso Executivo municipal –, porque as coisas estão completamente desajustadas nesta época de pandemia, nesta época em que há um monte de problemas pelos quais estamos passando. Eu achei a manifestação do prefeito, quando nos visitou aqui, bastante adequada. Ele se comportou como um estadista, porque, inclusive, teve algumas provocações – eu imaginava que ele ia se incomodar, mas ele teve, então, o cuidado de dizer que não iria para o enfrentamento porque as coisas do enfrentamento já estão bárbaras, naturalmente estão acontecendo no Brasil e no mundo. O que eu acharia mais adequado é que, de vez em quando, o secretário da Saúde viesse dar uma conversada conosco, os vereadores, porque é necessário sabermos algumas coisas. Por exemplo, eu vejo o Oliboni dizer que tem que fazer as dosagens dos anticorpos no sangue das pessoas para ver se tem um resquício do vírus, e eu quero saber por que fazer isso. Eu gostaria que me dessem uma resposta para saber por que tem que fazer essa medida. Talvez seja para a gente poder resolver os problemas econômicos mais adiante, em se tratando de pessoas que vão precisar ficar recolhidas e de outras que não vão ficar, porque quem já tem anticorpo não precisa ficar recolhido. Eu não vejo quase ninguém falar nisso. E outro motivo é o seguinte: ele me explicou barbaramente – eu até fiquei meio envergonhado – por que o Parque Belém e a Beneficência Portuguesa não estão tendo chamados à lide neste momento em que se precisa de leitos de recuo. Ele explicou, e eu parei de incomodar e fazer pressão sobre o próprio Parque Belém, sobre a Prefeitura, etc. São acusações que ficam no ar e que a gente precisa resolver. Eles receberam muito dinheiro no tempo passado recente e não concluíram os trabalhos, então fica aí a explicação, e a gente entende por que essas coisas estão acontecendo. Eu queria saber se isso é verdade.

Outra coisa, por exemplo, um dos vereadores fez uma acusação que achei muito grave contra o DEP, dizendo que o DEP tem problemas também de gestão, problemas de desvio, problemas, portanto, que mereceriam até uma CPI. Essas coisas têm que sair da nossa frente para a gente poder levantar a tal da transparência que vocês mesmo estão falando. Eu acho muito ruim alguém fazer uma acusação, e nós, que não conhecemos – não estamos nessa lide, estamos em outro trabalho –, não podemos saber se isso é verdade para poder punir, para poder resolver a administração que necessita de uma transparência, que necessita menos de problemas. Aquele crime que não se resolveu, o problema do DEP, é prevaricação o nome do crime – ele até está por aí, muito bem marcado, é o crime de prevaricação. Então, se tu fazes uma acusação, se tu tens certeza que teve crime de prevaricação, tem que abrir um inquérito, abrir algum tipo de estudo para ver se isso é verdade ou não é verdade.

Eu gostei muito da participação do prefeito ontem. Acho que, na próxima vez que ele vier, tem que estar junto com o secretário municipal de saúde, que pouco aparece, que está sempre meio escondido, para a gente fazer algumas perguntas bastante técnicas, principalmente eu, que trabalho na saúde, e o Oliboni, que está bem perto da saúde. Queria agradecer o momento, mandar um abraço ao Pujol, que é o homenzinho querido do nosso coração, está fazendo um trabalho excepcional como Presidente. Um beijo para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Meus prezados colegas, os alagamentos voltaram, embora nunca tivessem sumidos. Impressionantes os prejuízos causados à população. As águas invadiram residências e ruas, trazendo esses grandes problemas para a nossa população. Realmente, foi uma grande precipitação de águas, a maior desde 2008, segundo informações. Nós poderíamos ter evitado isso que ocasionou à população? Acho que, talvez, não, mas nós poderíamos – realmente, poderíamos! – ter diminuído os danos causados por essa inundação. Vou citar alguns exemplos: se a Prefeitura tivesse retirado o lixo e realizado desassoreamento de vários arroios, por exemplo, do maior deles, do arroio Dilúvio e dos seus afluentes, os arroios Moinhos, Mem de Sá, São Sebastião e São Vicente; também a limpeza dos arroios Cavalhada, Cascatinha, Capivara, Salso, Sarandi, Mangueira, Passo das Pedras, e também do arroio Feijó; se a Prefeitura tivesse limpo e desobstruído as diversas galerias que estão praticamente há mais de três anos sem uma limpeza adequada – as galerias estão obstruídas, estão entupidas e não estão exercitando a sua função; se a Prefeitura tivesse duplicado, até triplicado a capacidade das casas de bombas, teria reduzido os danos de vários locais, especialmente lá da Zona Norte.

Eu sei que a Prefeitura, como disse o Ramiro, está trabalhando fortemente na bacia do arroio Areia. Eu sou testemunha, conheço o que está sendo feito, especialmente nessas execuções de grandes galerias e de bacias de amortecimento, como a que está sendo construída lá na praça Doutor Lopes Trovão, no bairro Petrópolis, é uma grande obra que vai demorar ainda um bom tempo para ser concluída. Tudo isso é importante, mas não devemos esquecer nunca também as obras médias, as pequenas obras que são extremamente importantes para reduzir esses imensos problemas que esses alagamentos trouxeram a nossa população.

Nós também não podemos esquecer que o Ministério Público Estadual não fique – desculpe o termo – enrolando tanto tempo para aprovar o acordo que a Prefeitura fez com a Odebrecht para realizar as obras do entorno da Arena. Está tudo pronto, eles têm o dinheiro para fazer não todas as obras, mas, por exemplo, o alargamento da A. J. Renner e a desobstrução da galeria de uma rua chamada de Padre

Blásio Vogel, que realmente está totalmente obstruída e ajudando a causar esses alagamentos.

Também o Ministério Público Federal tem a sua parte de culpa, há mais de 10 anos tem uma ação ajuizada por um grupo lá do Lami, o que trancou todo o desassoreamento do lago Guaíba e a da sua mineração. Ora, o lago Guaíba não tem mais a profundidade suficiente, é uma vergonha: lá no meio do rio tem uma profundidade de até menos de um metro de água, é incrível! Vocês não vão acreditar, mas nós estivemos lá e medimos, isso está andando há mais de 10 anos e não se resolve. Então, com a pouca profundidade do lago Guaíba, ele transborda trazendo mais alagamentos e também fazendo retornar água que vai para o Guaíba e volta para as galerias e para os rios limítrofes. Isso seria extremamente importante, mas não sei, a Prefeitura não está dialogando com esses poderes para que isso seja finalmente resolvido. E também, ainda, o governo do Estado ou a Metroplan precisam desassorear o rio Gravataí e o rio dos Sinos, que realmente estão assoreados e represando as suas águas.

Portanto, meus amigos, são omissões generalizadas, e o poder público não pode se omitir e fazer a nossa população sofrer mais ainda com, além da pandemia, os alagamentos; e muita coisa poderia ser evitada se houvesse ação adequada do nosso Executivo municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, nosso diretor Luiz Afonso; boa tarde ao nosso Presidente Reginaldo Pujol; ao Vice-Presidente Paulo Brum, que está neste momento presidindo esta sessão; aos colegas vereadores. A nossa Porto Alegre já não é mais alegre, poderíamos dizer que a nossa Porto é triste, é triste porque nós tivemos 142 mortes por Covid-19, mas é triste também porque nós tivemos 149 homicídios, é triste porque tivemos vários acidentes de trânsito com mortes, vários feminicídios, várias pessoas que faleceram, e nenhum morte é mais importante que a outra. A nossa Porto é uma Porto amedrontada porque a mídia e alguma parte da imprensa fizeram o desserviço de aterrorizar as pessoas e dizer que, se as pessoas saíssem de casa, provavelmente, iriam morrer. A nossa Porto, ex-Porto Alegre, é uma Porto alagada, porque nós vemos a cidade embaixo d'água. Andei pela cidade, como vários colegas, e pude observar, infelizmente, muitas pessoas que não são vulneráveis, pontualmente, estarem desassistidas e precisarem de uma roupa quente, precisarem de um cobertor, de um colchão, de cestas básicas, e isso não foi alcançado para elas pelo poder público porque o poder público entrega as roupas da Campanha do Agasalho para entidades cadastradas na FASC, e aquelas pessoas que não são cadastradas na FASC, que não estão em alguma entidade de vulnerabilidade, não

recebem essas doações, que são para todos que precisam, até mesmo num momento exclusivo de alagamento.

A nossa Porto é uma Porto empobrecida, porque estamos vendo vários empregos serem colocados fora, estamos vendo várias empresas falindo, estamos vendo o comércio, a indústria e os serviços fechando, e a nossa Porto está ficando cada vez mais empobrecida. A nossa Porto hoje não tem mais liberdade; até para andar de ônibus, aquelas pessoas que têm o seu Tri estão sendo impedidas porque não são serviços essenciais. Todo serviço é essencial: aquele serviço que coloca o pão na mesa das pessoas, aquele serviço que coloca o leite na boca das crianças. Nós vemos hoje uma Porto empobrecida. O comércio fechado, as pessoas pedindo para trabalhar, e aqui faço um parêntese: depois de 27 anos na Brigada Militar, trabalhando em manifestações das mais diversas que os senhores podem imaginar, pela primeira vez na vida, eu vejo uma manifestação onde as pessoas pedem para trabalhar. A nossa Porto, senhores, é uma Porto envergonhada, envergonhada porque no nível de transparência que saiu hoje – transparência internacional sobre a pandemia –, nós estamos na 22ª colocação de 26 capitais. A transparência não existe em Porto Alegre. Além disso, o Ministério Público, como bem outros vereadores falaram, também está exigindo que a transparência aconteça. Eu quero agradecer aqui aos colegas que votaram para derrubar o veto que o prefeito tinha realizado no nosso projeto de lei da transparência. Nós queremos saber: onde o dinheiro da União, o dinheiro do Estado, o dinheiro de empresas privadas e até de CPFs que foram doados nessa pandemia estão colocados? Onde está sendo usado, bem usado, investido o dinheiro que Porto Alegre precisa para combater a Covid-19? A nossa Porto Alegre está sem leitos. Os leitos de UTI que nós temos são os que sempre tivemos, com pequenas exceções; temos aí o Hospital Independência, que, através do setor privado conseguiu abrir mais 60 leitos para emergência, não leitos de UTI para Covid-19, mas para o pós-Covid. Vemos a Santa Casa, o Conceição se reorganizando dentro dos leitos que já existiam, e nós precisamos, sim, cuidar da saúde das pessoas. Foi por isso que o *lockdown* aconteceu desde março, desde março e abril; eu acreditei, os senhores acreditaram que, nesses dois meses, a nossa Capital poderia estar melhor reaparelhada, poderia estar com mais leitos, poderia ter remédios, poderia ter respiradores, poderia estar pronta para o que viesse, deixando um legado para o resto dos dias que virão, para o resto dos anos que virão para Porto Alegre, mas não, Porto Alegre tem vergonha e é entristecida por isso. Porto Alegre tem um povo resiliente, isso é bom. Porto Alegre tem pessoas que são fortes e que não desistem. Eu estou chegando agora na manifestação em frente à Prefeitura, onde tem pessoas que estão pedindo para trabalhar, senhores. E eu gostaria de ver os vereadores virem aqui fazer o seu papel – está aqui o Ver. Camozzato e falar nas suas redes que nós precisamos de trabalho e de saúde, porque um não é contra o outro, os dois coincidem, e a saúde e o trabalho são essenciais para Porto Alegre ser feliz de novo.

Muito obrigada, Presidente; muito obrigada, vereadores. Continuamos acompanhando daqui a sessão da Câmara de Vereadores, com essas pessoas que são importantes para nós, vereadores. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores, é uma satisfação poder estar aqui mais vez trabalhando *on-line*. Quero cumprimentar especialmente o Presidente Pujol, que tem procurado, de todas as formas, estruturar o Legislativo para que nós possamos dar sequência ao trabalho, é o que nós estamos fazendo, apesar de toda a dificuldade, 120 dias enfrentando essa realidade da pandemia, e agora, para piorar, chegou o inverno. É sabido que, geralmente, durante o mês de julho, dos 30 dias, chove em 20. Em primeiro lugar, quero me solidarizar com as pessoas, com as famílias que sofreram os alagamentos, inúmeros e diversos – tivemos essa questão do ciclone. Como foi dito pelo Nedel, há anos que não ocorria algo semelhante. Mais uma vez, ainda para acrescentar a toda a dificuldade que a pandemia nos impõem, ainda essa questão da chuva e do frio, e a tendência é a coisa ficar cada vez mais apertada. Quero dizer que hoje conversava com o meu tio que trabalha na Santa Casa, e dois dias seguidos tiveram 14 mortes na UTI da Santa Casa. Então, é uma realidade muito dura, de decisões muito difíceis, e a doença está batendo na porta próxima às nossas relações. Perdi um irmão de loja, morreu a sogra de um funcionário meu, tivemos pessoas próximas com o coronavírus. E, na realidade, a gente fica meio de mãos atadas, como a maioria das pessoas, porque não enfrentamos situação semelhante. As outras pandemias foram em outras, digamos assim, partes da história, da existência, mas a gente fica muito chocado com esta realidade da morte batendo na porta das casas das pessoas. E mais estarrecedor ainda é percebermos que muito pouco ou nada foi feito, como a própria Ver.^a Nádia falou agora aqui. Tivemos essa intervenção da iniciativa privada, mas com relação a ampliar leitos de UTI e comprar respiradores, por parte da iniciativa do Poder Executivo em Porto Alegre, pelo menos até agora nada foi apresentado, o que nos deixa preocupados porque aqueles que apostavam que ia ser uma pandemia rápida, enfim, se equivocaram na estatística. E a tendência é que as coisas só possam vir a melhorar com o advento de uma vacina ou alguma medicação eficiente, porque tudo é na base da especulação, e as pessoas estão morrendo. Então a gente fica muito preocupado, inclusive eu quero dizer, aproveitar esta oportunidade aqui, porque algumas pessoas agora começaram a querer encontrar culpados, e parece que os vereadores agora também estão sendo responsabilizados. Até hoje eu tive que me indispor com um pessoal me cobrando de várias maneiras. Só falta agora acharem que a culpa é dos vereadores por causa da pandemia e do que está acontecendo. A cidade está fechada há 120 dias, e agora então resolveram dizer que a culpa é dos vereadores. Então, é muito complicado. Agora começaram a querer encontrar culpados e está sobrando até para a Câmara de Vereadores.

Acho que nós não podemos também deixar de falar isso, mas além da nossa solidariedade com a questão dos alagamentos e das famílias que estão com seus entes queridos acometidos dessa doença gravíssima que está levando milhares de pessoas à morte, a gente ainda vê uma falta de planejamento assustadora e uma escalada também

de algumas questões de contundência do governo que nos preocupam. Hoje de manhã, estivemos reunidos com algumas pessoas ligadas aos municipais que estão preocupados com essa questão do PLCE nº 007/20. Quero me somar ao Ver. Sgarbossa, que também falou sobre a questão da audiência pública, que seria não pagar a questão previdenciária e transferir mais para a frente o pagamento que tem que ser feito agora, o que nos preocupa também. Eu acredito que a questão da prioridade, investir em publicidade é importante, mas em primeiro lugar vêm as obrigações, e não transferir a obrigação de agora para a frente investindo mais de R\$ 30 milhões em publicidade, como foi dito ali. Só agora no período da pandemia foram R\$ 4 milhões investidos em publicidade. E daí o problema é da Câmara, dos vereadores que têm R\$ 15 mil por mês para investir nos seus mandatos e investiram menos de 70% das suas cotas de gabinete nos seus mandatos, e dizem que o problema é que os vereadores estão gastando muito! Ah, espera aí, só um pouquinho, né! Acho que está na hora de a gente começar a se respeitar no que diz respeito à postura da imprensa com o Legislativo. Mas que barbaridade é essa? Para o vereador investir R\$ 3 mil, R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil no mandato, daí o vereador é criminoso; agora, o Executivo gastar R\$ 35 milhões em publicidade, gastar R\$ 4 milhões em publicidade no período de pandemia, não comprar um respirador, não ampliar os leitos de UTI, daí não tem problema nenhum, daí a imprensa acha que está tudo às mil maravilhas e o problema é que os vereadores só economizaram 70% das suas cotas no que diz respeito a investir nos seus mandatos.

Então, quero usar este período de Comunicações para que a gente possa, de alguma forma, reagir também, porque não é possível agora que todas as culpas da pandemia sejam creditadas para o Legislativo. Isso é uma barbaridade! Sendo que a Câmara destinou R\$ 10 milhões do seu orçamento para ajudar a combater a epidemia, comprar máscaras, álcool em gel, todo o equipamento necessário para a segurança das pessoas, para contribuir na questão da prevenção, aquilo que está sendo agora o pico. Nem sei se agora é o pico ou se mais adiante virá o pico; eu sei que agora apertou mesmo, e não tem vaga. E eu quero saber e quero que as pessoas que estão nos assistindo possam fazer a seguinte reflexão: na hora que um familiar precisar de vaga na UTI, vai ter vaga para esse teu familiar na UTI? Existe essa previsão? Então nós precisamos estar preocupados, sim, precisamos estender a mão para a questão da estrutura econômica, precisamos ver de que jeito é possível que as pessoas, com precaução, possam reabrir os seus estabelecimentos. Não podemos deixar a cidade quebrar. Quero dizer que eu mesmo, vocês sabem que tenho um compromisso com o mercado imobiliário, fomos até as últimas vias judiciais para tentar deixar abertas as imobiliárias, mas a questão da saúde falou mais alto, e nem na justiça se conseguiu uma intervenção que pudesse, através de um argumento, dizer que é para pouca aglomeração, pouca circulação, com os cuidados necessários, não se conseguiu esse convencimento. Então é porque realmente é muito grave, nós queremos contribuir para o debate, mas se nós não ampliarmos os leitos, não investirmos em respiradores e não aumentarmos a capacidade de atender e tentar salvar a vida das pessoas com os mecanismos que hoje estão ao alcance da medicina e da ciência, outra forma não haverá e as pessoas morrerão. E já se ouve falar, na grande imprensa, que a escolha entre um e

outro está quase beirando à questão imperativa de acontecer. Isso nos preocupa muito. E essa é a nossa contribuição para o debate de hoje à tarde. Obrigado pela atenção. Abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores e público que nos assiste, vim me somar ao coro que está reivindicando medidas emergenciais em relação às chuvas que abateram a nossa cidade nesta semana. Eu acredito que é muito importante a gente poder falar do que passou, dos erros das gestões anteriores, dos R\$ 120 milhões que a Prefeitura perdeu por má gestão, que seriam destinados para o Sistema de Drenagem da capital, o DrenaPoa. É importante também lembrar da morte, ali na Rua da Represa, aqui na São José, da Carine Gonçalves, em 2017, um fator trágico, se não fosse previsível, se não fosse passível de ter sido remediado. Não foi uma tragédia, isso foi quase um assassinato, porque se repete. A Rua da Represa estava ontem novamente abaixo de água. Eu acho que a gente precisa ter medidas para além desses balanços, porque é importante a gente ter memória em relação aos nossos atos, às consequências, inclusive, nossos, enquanto vereadores. O nosso papel é fiscalizar e exigir que a Prefeitura tome medidas emergenciais em relação a essa situação e também medidas estruturais para precaver. Isso me preocupa porque está marcando chuva para as próximas semanas. A gente já tem dezenas de famílias que estão desabrigadas, e elas precisam de questões básicas: telha, água, alimento, colchão, cobertor, carro. Eu fico pensando, com esse que foi destinado à publicidade, quanto de carro a gente não conseguiria fazer, quanto de cestas básicas a gente não conseguiria estar comprando, quanto de cobertor a gente não conseguiria estar distribuindo? Então, eu me pergunto: cadê os recursos? Cadê os R\$ 10 milhões que a Câmara destinou para o fundo da Covid-19? Como é que a gente consegue acessar o quanto de recurso tem alocado hoje dentro desse fundo? Eu acho que é fundamental nós, vereadores, pressionarmos, porque as pessoas precisam de atendimento neste momento. É importante a gente falar das obras estruturais, das questões das bombas, mas, para além disso tudo, como é que a gente consegue colocar o Executivo para funcionar? Que as secretarias funcionem, que a assistência acolha, que a Secretaria de Obras recolha o mobiliário que ficou distribuído na rua, junto com o DMLU? A gente precisa de soluções emergenciais até vislumbrando que o inverno está só começando, e a tendência é que a situação piore. Como é que essas famílias vão garantir o isolamento social? Não adianta nada a gente ter um decreto que obriga as pessoas a ficarem nas suas casas, sendo que as pessoas estão perdendo essas casas e não têm rendimento para recompor todo o mobiliário que perderam. Então, eu acredito que, além de nós, enquanto vereadores, irmos às comunidades e olharmos a tragédia alheia, a gente tem que

organizar uma pressão para que venham recursos do governo federal. Porto Alegre está vivendo uma calamidade dentro de outra calamidade; a gente tem que conseguir dialogar com o governo federal para recolher fundos, fundos para a situação específica que a gente está vivendo –no meio de uma pandemia, a gente tem dezenas de pessoas sem moradia.

Na busca que eu estava fazendo com relação aos fundos, me chamou atenção que, neste ano, no dia 11 de maio, num decreto, o governo Bolsonaro revogou mais de 300 decretos, e um desses decretos que o governo Bolsonaro revogou num canetaço só era o que regulamentava o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Então, eu acho que seria importante a gente estar fazendo esse diálogo com a Prefeitura para que a gente utilize recursos do fundo da Covid-19 para suprir as necessidades emergenciais que as pessoas estão enfrentando hoje, nos próximos dias. E que a gente consiga também dialogar junto à Defesa Civil para a gente conseguir ter um plano de contenção para este inverno; porque se combinar as enchentes, que todos os vereadores colocaram que são problemas históricos de Porto Alegre, enfim, que nunca foram resolvidos... Como é que a gente combina essa situação de calamidade que a gente está vivenciando, que é a epidemia, com um prognóstico para os próximos meses que vão ser meses chuvosos? A gente evita aprofundar ainda mais essa situação de contágio que não vai permitir que a gente retome a nossa economia se metade da nossa cidade for contaminada por causa de um surto de vírus decorrente das chuvas, decorrente das enchentes.

Eu acho que a gente tem que ter uma medida enérgica para lembrar os erros, as falhas do Executivo, mas, para além de lembrar, como é que a gente consegue pensar em medidas emergenciais? O nosso mandato fez pedido de providências, porque eu acho importante que, por mais que a gente saiba que o Executivo não está respondendo os nossos pedidos de informação e, muitas vezes, engaveta os nossos pedidos de providências, a gente mostre para as comunidades o nosso papel como vereadores, mostre para eles o caminho, mostre que nós estamos, sim, tentando.

A gente fez também uma indicação para que o Executivo utilize recursos do fundo da Covid-19 para suprir também essas famílias que estão passando por esse momento de dificuldade, que perderam tudo. Enquanto coletivo, enquanto ONGs, eu acho importante também a gente ter iniciativa. Estamos arrecadando alimentos, móveis, insumos e fazendo essa distribuição independentemente do Estado, deste governo que está aí e provou que não tem compromisso com a vida das pessoas. A gente está há três meses e ainda não tem uma política de alimentação nítida e organizada para a gente conseguir organizar a demanda de alimentação nas nossas comunidades. Eu faço distribuição de cestas básicas, eu faço distribuição de marmitas e eu percebo a desorganização por parte da FASC, por parte dos serviços terceirizados da Prefeitura em relação a esse acolhimento. Então, nós, da sociedade civil, muitas vezes, temos que fazer o nosso trabalho enquanto cidadãos e também o trabalho do Executivo. Como é que a gente coloca esses elementos para a Prefeitura e clama por ajuda? Precisamos de ajuda emergencial, e não só para o coronavírus, porque agora a cidade está com outro

problema, que é o dos desabrigados por causa dessas chuvas e desses focos de alagamento. Era isso o que eu queria colocar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Ver. Karen Santos. Encerraram-se as inscrições do grupo, agora passaremos às inscrições voluntárias.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Paulo Brum, demais vereadores e diretor Luiz Afonso. Alguns vereadores já falaram mais ou menos o que eu pretendia falar, mas isso é justo, é bom quando vereadores pensam igualmente. A fala do Ver. João Carlos Nedel era o início da minha, ele tem toda a razão na situação da prevenção para esses alagamentos, para essas enchentes – é uma prevenção que não tem acontecido já há bastante tempo. Chega agora o inverno e começa a chover quase todos os dias. A situação já está difícil por causa dessa pandemia, que é uma tristeza para todos nós, como agora a Ver.^a Karen também falou muito bem sobre essa situação. Hoje mesmo eu estava na rua, e quem fica ouvindo da população somos nós, vereadores, e a população também tem razão em cobrar, mas eles ficam cobrando e parece que a gente, como parlamentar, não corre atrás, não tenta que o serviço seja feito com uma prevenção, como eu sempre falo, uma prevenção para que agora, com a chegada do inverno, amenize um pouco essa situação como a que aconteceu nesta semana. Mesmo sabendo que a gente não é nenhum demagogo, não podemos deixar de falar que foi uma chuva imensa – algum vereador falou que desde 2008 não chovia assim. A gente sabe que é triste, que é muita chuva, que não tem o escoamento necessário, mas é preciso fazer uma prevenção. Agora passou essa chuva, acho que tem dois dias de sol, sábado ou domingo volta a chover, então piora a situação de quem está alagado, de quem está dentro de casa sem poder sair. Muitos outros perderam seus pertences, seus eletrodomésticos de dentro de casa. Para a gente, é muito triste, para a gente que trabalha na rua, que está sempre junto com o povão – assim como eu, vários vereadores. Eu sempre falo que eu não faço essas coisas sozinho, Deus sempre nos ajuda a fazer. Eu também sempre falo a favor da parte que os vereadores têm feito; inclusive, eu fui submetido a uma pergunta: o que os vereadores estão fazendo para ajudar na pandemia? Eu falei dos outros 35 vereadores, eu não falei que somente eu estou ajudando, não, que os 35 vereadores estão ajudando, porque eu sei que estão ajudando, cada um com a sua parte. Mas nós, como acabou de falar a Ver.^a Karen, vereadores eleitos de Porto Alegre, temos que cobrar que seja feita alguma coisa, temos que cobrar mais de perto, porque a situação está se repetindo a cada ano. Em todos os anos que passam, a nós somos cobrados, as pessoas mandam vídeo dentro d'água, é um absurdo. Então, se tivesse uma mínima prevenção, como disse o nosso querido Ver. João Carlos Nedel com toda a experiência que tem, e a desobstrução dos valos, das bocas de lobo, das galerias, quando chegasse a uma situação de inverno,

amenizaria tudo isso que as pessoas estão passando. Não sanaria o problema, sabemos que é difícil, mas aquele pouquinho de olhar, principalmente, às pessoas mais pobres das periferias, às pessoas que sofrem para sair, no dia a dia, com água quase pela cintura, para pegar um ônibus, para ir trabalhar... Agora, com essa situação também do transporte público, nessa pandemia, em que várias linhas foram retiradas, as pessoas chegam a esperar uma hora, uma hora e meia. Esses dias, um rapaz esperou, na Av. Edgar Pires de Castro, quase duas horas poder pegar um ônibus, sendo que já saiu da sua casa com água quase pela cintura. É um absurdo, a gente fica muito triste com isso.

Eu não estou fazendo demagogia nenhuma na minha fala, porque todos me conhecem, e eu sei também que os outros 35 vereadores também pensam assim. Então, a gente tem de cobrar mais, a gente tem de ver o que vai ser feito agora, porque o inverno recém começou, nem chegou ainda na metade, e a gente tem muito tempo ruim para passar até o fim do inverno, sendo justamente com essa pandemia, com essa tristeza que está aí. Ainda mais agora com essas enchentes, pois as pessoas não conseguem sair para trabalhar, isso está ficando difícil. É complicada essa situação de retirar, cancelar o Tri das pessoas de serviços não essenciais, porque as pessoas precisam ir a médicos, as pessoas precisam se deslocar. Isso aí não tem um controle para dizer que esse serviço é essencial, aquele não, não tem como fazer esse tipo de serviço. Eu sempre digo: as vidas em primeiro lugar. A gente sempre pensa assim, mas também penso no outro lado, pois é uma espada que corta pelos dois lados, e, do outro lado, as pessoas estão passando fome, as pessoas estão precisando sair para trabalhar, já não têm mais alimentação, além de terem perdido, com as enchentes, seus eletrodomésticos. Como ficam os pensamentos, como fica a mente de um trabalhador que está sem poder sair para trabalhar e com seus móveis, seus eletrodomésticos, tudo embaixo d'água? Como a gente tem que pensar? A gente tem que ter empatia, pensar o que a pessoa está pensando ou o que a gente iria pensar nessa tristeza.

Deus que nos ajude sempre, mas nós temos que cobrar, cada vez mais, do Executivo para que olhe mais para as pessoas mais necessitadas das periferias, do Extremo-Sul. Eu me criei no Extremo-Sul, tenho andado por tudo, Ponta Grossa, Lami, Chapéu do Sol, Restinga, Belém Novo. Eu tenho caminhado bastante e sei que as pessoas estão passando por dificuldades, sendo que, agora, com as enchentes nas ruas, as casas encheram de água. A gente não pode deixar que, no ano que vem, aconteça isso de novo, porque agora já está se encaminhando para o meio do inverno, e nada foi feito. A gente ouve, nas ruas, mensagens do tipo “você não quer fazer nada”, “você não ajuda”, as pessoas nos cobram – com razão –, e a gente tem cobrado, mas as coisas não têm acontecido, e isso nos deixa tristes. Para isto fomos eleitos: cobrar para que as pessoas tenham o mínimo de dignidade e mais tranquilidade para viver nesses dias tão difíceis. Um grande abraço, fiquem com Deus, continuaremos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Paulinho Motorista. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Ver. Paulo Brum, que preside os trabalhos; boa tarde, colegas vereadores. Eu escutei, atentamente, na tarde de hoje, as falas dos colegas; obviamente, como vocês sabem, ando muito preocupado com o futuro das pessoas e também com o futuro da nossa cidade. Sempre aprendi que o bom parceiro, o cara leal, o amigo é aquele que fala as verdades, gostem ou não gostem, mas expõe o que pensa para ajudar e para contribuir. Infelizmente, venho dizendo isto: o enfrentamento da pandemia tem sido desastroso por parte dos governantes. Está falando alguém aqui que é parceiro e um grande admirador do trabalho dos secretários da saúde, tanto do Erno, quanto do Pablo. Acho um grande profissional, acho que faz uma gestão incrível, mas, neste momento de pandemia, erra muito; erra porque, na política, quando a decisão não é compartilhada e não há planejamento, a chance de errar a mão é muito fácil de acontecer. Quanto tu não compartilhas a tua decisão, não há planejamento, tu não acertas a mão em momento algum. Na minha opinião, não houve o investimento necessário para a saúde de Porto Alegre, muito pouco foi feito. Com todo o recurso, o dinheiro federal que entrou, há apenas 140 leitos de UTI para a Covid numa cidade que nós sabemos que tem um clima horroroso no inverno, como sabemos que o inverno já lota por si só as UTIs. Não foi investido de forma correta e adequada, para que a gente possa viver e enfrentar a pandemia. Aí hoje, a gente tem as pessoas com seus direitos e deveres de trabalhar cessados, totalmente cessados. Isso não foi por falta de aviso.

Nesse último decreto, duas decisões me chamaram a atenção, além de proibir as pessoas de trabalhar – que a gente já vem discutindo isso há horas. Uma foi a questão do cartão Tri, do vale-transporte, uma lei federal; ao meu ver, o governo achou uma maneira de financiar e bancar o transporte público, porque no vale-transporte, no Tri, o dinheiro já entrou. As pessoas não vão deixar de usar o transporte público para fazer as suas necessidades, as pessoas vão usar pagando em dinheiro. Então, entra dinheiro de quem já pagou o vale-transporte, o Tri, e entra dinheiro vivo. Ele achou uma maneira, nessa pandemia, de proibir as pessoas de locomoção, de trabalho e de subsidiar o transporte público. Outra questão que me chamou a atenção foi a proibição de estacionar na área azul. Foi tão errada essa decisão que, nos últimos dias, nas últimas 48 horas, tivemos a comprovação de que os estacionamentos nas áreas azuis não possuem viabilidade na prática, pois os donos de estabelecimentos que cumprem o decreto, trabalhando por *take away*, não podem estacionar na frente do seu local de trabalho, e os clientes não têm onde parar para retirar; trabalhadores de serviços essenciais não têm onde estacionar. E eles não atuam somente no entorno de hospitais. Todos esses, além de não trabalharem, são passíveis de receber multa de R\$ 195,00 e cinco pontos na carteira. Pelo amor de Deus! Estacionar não promove aglomeração.

Eu repito: enquanto as decisões não forem compartilhadas, vão errar sempre! E eu escuto aqui as questões sobre os alagamentos, nós aprovamos um projeto de lei, que é lei, do Fundo Municipal de Defesa Civil. O Ver. Rafão, quando assumiu, que fez todo o trabalho para botar em dia esse fundo, porque esse fundo ficou três anos sem viabilidade, e colocamos recursos das emendas impositivas no valor de R\$ 50 mil no Fundo da Defesa Civil. Aprovamos também, no projeto das antenas, uma emenda

pela qual 5% dos investimentos em Porto Alegre precisam ir para o Fundo Municipal de Defesa Civil. A gente vê cada vez mais problemas naturais acontecendo, como tempestades, temporais, e as pessoas precisam desses recursos porque é um problema imediato daquelas que mais precisam, que estão em situação de vulnerabilidade. Era isso, diretor; era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Minha saudação aos colegas, estamos fazendo um debate importante e precisamos repetir algumas coisas. Para não dizer que eu não falei de inundações, falarei delas também, mas antes vou falar de *fake news* – mentiras, sacanagens, grosserias. Não me importa que divulguem a tabela de votação de tudo que eu voto. Eu voto, não me escondo, não me rendo. Agora, o coleguinha que fez essa montagem, como dizem alguns empresários, dizem que veio da Câmara, dão nomes, eu não vou citar aqui porque todo mundo já sabe. É mentira! Mentira! Nós nunca votamos essencialidades. Nós estamos fazendo um levantamento das *fake news* e nós vamos processar! Eu comecei uma campanha no sentido de que todo empresário que divulgar *fake news*, faremos campanha de não comprar no seu boteco, de não contratar os seus serviços! E, se preciso for, quando passar esse pandemônio em que o prefeito nos enfiou, quando tivermos segurança sem esse isolamento social, nós faremos um cartaz e pararemos na frente da loja e diremos: “Esse empresário divulgou *fake news*!”. Há um jornalista que foi numa TV e repetiu, como se nós tivéssemos votado essencialidades. Esse cara é um mentiroso! Se ele um dia voltar a me convidar para ir na rádio em que ele trabalha, no programa dele, falarei que não irei, pois não me misturo com mentirosos! Eu não me misturo com essa escumalha da sociedade porto-alegrense. Eu estou do lado da população que está inundada. E não me venham dizer que foi uma maravilha terem terminado com o DEP. O Ver. Ferronato foi muito feliz em dizer o que o DEP fez!

Este governo acabou, perdeu R\$ 120 milhões que poderiam ser usados para desassorear os arroios. Nem boca de lobo este governo sabe limpar! E depois, era a administração do PT que pintava meio-fio! Mas não tinha boca-de-lobo fechada e a cidade tinha um ar de cidade. Pessoas que trabalharam na limpeza urbana, nos serviços urbanos... É uma vergonha! Vejam a Praça Marquesa de Sevigné, um minitriângulo que virou uma lixeira! E vocês querem dizer que vocês cuidaram da cidade? Mas que barbaridade! Que coisa mais escrota! Isso é inaceitável! A cidade está inundada!

Eu já fiz um dossiê de ponta a ponta, com 30 páginas, de todas as demandas que foram feitas por uma comunidade, e está no Ministério Público! Farei isso região por região, estou juntando. Tem um CRIP de uma determinada região, que não vou falar qual, porque eu vou atrás, porque esse sujeito cecezinho de meia pataca prevarica. Os CRIPs têm cestas e estão doando para quem? E o prefeito vem à Câmara Municipal

com a maior desfaçatez. O Ver. Ricardo Gomes, muito corretamente, levantou o problema da GAT, não votaremos medidas ilegais.

Cento e oitenta dias para terminar o governo: não há benesses, não há diferenciações, não há PPPs, não há retiradas de questões que estão na Lei Orgânica ou nas leis gerais do Município. O prefeito tem que entender que o seu governo não é para sempre. Não é para sempre! É até o dia 31 de dezembro, depois terminou, acabou! São menos de 180 dias; portanto, prefeito, acalme-se. Espero que os vereadores não entrem nessa barca furada. E nós lutaremos até as últimas consequências para derrotar projeto por projeto, seguindo as normas, as regras, as determinações, o bom direito. O prefeito abandonou a boa PGM, mas ele não terá nenhum Carl Schmitt, como teve Hitler, para manipular leis, para dar ar de legalidade às suas atrocidades. Não! O prefeito não tem ninguém a seu lado com essa capacidade maquiavélica de lhe dar essa condição, porque aqui na Câmara de Vereadores há vereadores, com titulação ou sem titulação, a maioria de nós tem alma de gente, tem coração de gente e tem ética de pessoas decentes. É isso que eu digo, e vamos às últimas consequências. Nós entraremos na justiça contra as *fake news* e com relação aos comerciantes e prestadores de serviço que repetirem barbaridades nós faremos campanha contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde. Quero cumprimentar aqui o Ver. Reginaldo Pujol, nosso Presidente; o Ver. Paulo Brum, presidindo esta sessão; saúdo os vereadores e vereadoras, o diretor Luiz Afonso, que está aí desenvolvendo um belíssimo trabalho, com essa dificuldade toda que a gente sabe que é o trabalho virtual, e todos aqueles que nos assistem. Em primeiro lugar, hoje, eu quero cumprimentar a IURD, a Igreja Universal, que hoje está completando 43 anos. Quero registrar aqui os meus parabéns aos vereadores Freitas e Medina. Em segundo lugar, quero externar minha preocupação pelos estragos causados pelas chuvas nos últimos dias, como já foi falado aqui por vários vereadores; aliás, têm sido recorrentes os prejuízos das pessoas, principalmente aquelas com menor poder aquisitivo, e há falta de infraestrutura de nossa cidade em muitos bairros. E aqui faço uma ressalva de que não estou aqui falando ou acusando o governo atual, são problemas de vários anos e governos que, infelizmente, não resolveram. Uma frase que a gente muito tem ouvido é que os atuais gestores públicos se tornaram gestores de folha de pagamento e que os recursos não são suficientes, ou são insuficientes para se investir na infraestrutura, e por isso, exatamente, sou totalmente a favor da redução dos gastos públicos, sou a favor da PPPs, das privatizações de alguns setores que dão prejuízos por serem, inclusive, mal geridos – alguns.

Também faço aqui um destaque ao desespero das pequenas e médias empresas. Os funcionários estão perdendo seus empregos, o isolamento social tem

aumentado, e a gente tem visto um número grande de feminicídios, conforme matéria de alguns jornais, violência doméstica, aumento do número de doenças mentais, ansiedade, abuso de álcool aumentando, suicídio, divórcio, além da fome, e essa imprevisibilidade está deixando as pessoas e empresas completamente desorientadas, e a gente tem visto aí essa dificuldade muito grande. Conforme as últimas notícias, milhares de alunos já abandonaram seus cursos, e empresas que se prepararam para trabalhar com todas as orientações, se adaptando aos protocolos e orientações das autoridades de saúde, empresas e igrejas que se organizaram para isso, enfim, todos nós, como população, pagando a conta da falta de estrutura que, por anos, os vários governos deixaram de montar. Quero fazer aqui o registro dessa preocupação. A gente anda nos bairros, a gente anda junto com as pessoas de baixa renda; até os empresários estão perdendo suas empresas, não estão conseguindo dar a volta por cima, e muitos já quebraram, muitos estão quebrando e muitos vão quebrar por causa de toda essa situação de uma conta que está sendo paga por conta de uma estrutura que não foi feita, não foi realizada, não foi feito o dever de casa. Quero aqui apenas fazer o registro dessa preocupação, não acusando ninguém, mas simplesmente fazendo a ressalva dessa quebradeira que a gente está vendo aí, e a gente lamenta profundamente essa tristeza. Obrigado, líder Paulo Brum, e Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, não há mais inscritos para o período de Comunicações.

O Ver. Hamilton Sossmeier solicita a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. (Pausa.) Em votação o requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0211/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/20, que altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. **(SEI 118.00101/2020-14)**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Permita-me, mais uma vez, me inscrever neste ponto, porque é um ponto bastante importante. Eu sei, Ver. Paulo Brum, que é demais árido discutir a questão orçamentária. Eu sempre gostava de discutir a questão do orçamento com o Ver. João Antonio Dib, que sempre foi uma pessoa que, além de ter um bom domínio sobre o tema, gostava do bom debate sobre a questão orçamentária. Eu apontei, na última vez – serei brevíssimo hoje –, que é uma peça de ficção total, os números são baixos, alguns altos, outros médios, mas todos com números cheios. Isso não existe, é impossível você ter 20, 50, 100 e assim por diante; é impossível que não tenha um lugar que tenha 75, que tenha uma soma com um final 78, 53, 500, 10.500, 125.500. Não pode, é tudo número redondo! Eu quero chamar a atenção para isso. Estou vendo que o Ver. Ricardo Gomes vai falar em seguida, sempre atento e vigilante às questões da Prefeitura. Se antes os colegas mencionaram a questão da falta de transparência, vou dizer, essa peça é totalmente sem transparência, é para fazer o jogo de números, e por isso sou radicalmente contra e quero marcar essa questão, vou escrever sobre isso, vou debater sobre isso, isso vai passar pelas comissões e não vai ficar assim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir a Pauta Especial. (Pausa.) A conexão deve ter caído.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Não há mais inscritos. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h31min.)

* * * * *